



PARTE B

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Secretário-Geral

Despacho (extracto) n.º 230/2009

Por meu despacho de 28 de Novembro de 2008:

Fernando Cascalheira Vasco — nomeado, precedendo concurso, assessor parlamentar (área jurídica) do quadro de pessoal da Assembleia da República (1.º escalão, índice 625), com efeitos a 1 de Dezembro de 2008.

17 de Dezembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 231/2009

Por meu despacho de 3 de Dezembro de 2008:

Maria Teresa Pires Martins — nomeada, precedendo concurso, secretária parlamentar principal do quadro de pessoal da Assembleia da República (3.º escalão, índice 244), com efeitos a 1 de Dezembro de 2008.

17 de Dezembro de 2008. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

Louvor n.º 3/2009

O Juiz de Direito Dr. José Francisco Moreira das Neves foi, em 24 de Junho de 2008, designado delegado da Comissão Nacional de Eleições para a Eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que decorreu no passado dia 19 de Outubro.

Ao longo de todo o processo eleitoral o Juiz Dr. José Francisco Moreira das Neves, em respeito absoluto pelo seu código ético e deontológico, revelou elevada competência, independência, empenho, zelo, sentido de responsabilidade e assinalável bom senso no exercício das funções que lhe foram delegadas.

Por estes motivos e pelo contributo inestimável que deu no processo de eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, entende a Comissão Nacional de Eleições prestar público louvor ao Juiz Dr. José Francisco Moreira das Neves.

5 de Dezembro de 2008. — O Presidente, *João Carlos de Barros Caldeira*.



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Direcção-Geral das Autarquias Locais

Despacho (extracto) n.º 232/2009

Por despacho da Directora-Geral de 15 de Dezembro de 2008:

Maria Fernanda Alves Pimenta, técnica superior de 1.ª classe de nomeação definitiva do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, nomeada, precedendo concurso, técnica superior principal, 1.º escalão, índice 510.

15 de Dezembro de 2008. — O Subdirector-Geral, *Paulo Mauritti*.

Inspecção-Geral da Administração Local

Despacho (extracto) n.º 233/2009

Por despacho do Inspector-Geral da Administração Local, de 15/12/2008:

Isabel Maria Correia da Mota Beles, Assistente Administrativa Especialista do quadro privativo do pessoal da carreira administrativa da Inspecção-Geral da Administração Local — nomeada, precedendo concurso, Chefe de Secção do mesmo quadro, ficando posicionada no escalão 1, índice 337, considerando-se exonerada do lugar que vem ocupando, com efeitos reportados à data da aceitação do novo lugar.

Esta nomeação tem cabimento confirmado por parte da 1.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento “Confirmação de declaração de cabimento orçamental de 12/12/2008”.

(Não carece de fiscalização prévia do T.C.)

15 de Dezembro de 2008. — O Inspector-Geral, *Orlando Santos Nascimento*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA SAÚDE

Despacho n.º 234/2009

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º e no n.º 1 do artigo 20.º da Lei Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, e em harmonia com o constante do n.º 4 do artigo 22.º da Lei Orgânica do Ministério da Saúde, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, e do n.º 1 do artigo 5.º da Lei Orgânica da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., aprovada pelo Decreto-Lei n.º 222/2007, de 29 de Maio, nomeia-se vogal do conselho directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., a mestre Ana Paula Dias Costa Fernandes, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — Nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 28.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, aplicável por força do n.º 1 do artigo 25.º da Lei Quadro dos Institutos Públicos, republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, a nomeada fica autorizada a optar pelo vencimento que afere no lugar de origem, correspondente à categoria de enfermeira-supervisora.

3 — Autoriza-se, ainda, a nomeada a exercer, em acumulação, a actividade de docência em estabelecimentos do ensino superior, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 20.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, aplicável por força do n.º 1 do artigo 25.º da Lei Quadro dos Institutos Públicos, republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, observando os limites temporais estabelecidos no despacho conjunto n.º 41/ME/90 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, n.º 73, de 28 de Março de 1990, e na alínea f) do n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.